



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 13/2021
Período: 24/04/2021 - 30/04/2021
GEDES – UNESP

- 1- Em meio a críticas à sua gestão na Saúde e a instauração da CPI da Covid-19, Pazuello foi nomeado para secretaria-geral do Exército
- 2- Periódico criticou discurso do novo ministro da Defesa
- 3- Cúpula militar rebateu afirmação de Bolsonaro sobre emprego do Exército contra medidas de isolamento social
- 4- Pilotos da Força Aérea foram enviados para treinamento na Suécia
- 5- Lei de Segurança Nacional: passado e futuro
- 6- Congresso Nacional planeja substituir Lei de Segurança Nacional
- 7- Roberto Brant comentou possível candidatura de Bolsonaro em 2022 como volta ao passado
- 8- Colunista comentou trajetória de Celso Furtado após o golpe de 1964
- 9- Periódico comentou programa de submarinos da Marinha brasileira
- 10- Advogado relembrou trajetória de Mário Sérgio Duarte Garcia, ex-presidente da OAB e opositor do regime militar
- 11- General Mourão descartou candidatura à vice-presidência em 2022
- 12- Novo comandante do Exército congelará publicações em seu perfil pessoal no *Twitter*
- 13- Ministério da Defesa monitora conflitos em Apure, fronteira entre Brasil e Venezuela
- 14- Cadetes da Academia da Força Aérea foram isolados após surto de Covid
- 15- Daniel Silveira virou réu após ataques ao Supremo Tribunal Federal
- 16- Em nota, presidente do Clube Militar conclamou poder executivo a “restabelecer a lei e a ordem”
- 17- Atentado ao Riocentro completou 40 anos sem identificação dos culpados

1- Em meio a críticas à sua gestão na Saúde e a instauração da CPI da Covid-19, Pazuello foi nomeado para secretaria-geral do Exército

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o general da reserva e ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, foi nomeado para um cargo na secretaria-geral do Exército, em Brasília. Até então, Pazuello estava alocado no Comando do Exército da 12ª Região Militar, em Manaus, onde atuava antes de assumir a secretaria-executiva do Ministério, em abril de 2020. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, elogiou a atuação de Pazuello no ato de inauguração de um centro de convenções em Manaus, seus

simpatizantes gritaram "Pazuello governador". O coronel reformado do Exército Alfredo Menezes, ex-candidato à prefeitura de Manaus e considerado "homem forte" do presidente, afirmou que ele e o general Pazuello podem se candidatar ao senado e ao governo do estado do Amazonas em 2022. O *Estado de S. Paulo* teceu críticas à gestão de Pazuello na Saúde, apontando o descaso do governo com a comunidade científica e a Organização Mundial de Saúde (OMS) e, além disso, a substituição de técnicos por militares na pasta. Ademais, o *Correio* e a *Folha* noticiaram a estratégia do governo de centralizar Pazuello como alvo principal das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as responsabilidades do governo federal durante a pandemia de Covid-19. O *Correio* apontou que, sabendo da centralidade de Pazuello nas investigações, Bolsonaro tem tentado "afagar" o general tentando garantir sua fidelidade. No entanto, em entrevista à revista *Veja*, o ex-chefe da Secretaria Especial de Comunicação da Presidência Fabio Wajngarten declarou que os erros do general eram limitados a ele próprio, que Bolsonaro apenas seguiu suas orientações e que as vacinas fabricadas pela empresa Pfizer e oferecidas ao Brasil em 2020 não foram adquiridas por "ineficiência e incompetência" do militar. Os jornais noticiaram que a Casa Civil, chefiada pelo general Luiz Eduardo Ramos, encaminhou um questionário aos órgãos do governo para que indicassem em quais ações criminais teriam incorrido a fim de elaborar a defesa. Dentre os erros apontados no questionário, destaca-se a militarização do Ministério da Saúde. Aos ministérios da Defesa e da Ciência e Tecnologia e à Secretaria de Governo, a tabela atribui a defesa dos generais Pazuello, Braga Netto e "outros militares" por "não apresentaram diretrizes estratégicas para o combate à covid". Os jornais abordaram ainda a postura controversa de Pazuello quando, no dia 25/04/21, foi flagrado passeando em um shopping de Manaus sem máscara e, ao ser abordado, ironizou perguntando "onde tem pra comprar". A *Folha* destacou que para parte da cúpula militar, o passeio do general pode ser interpretado como uma provocação à CPI e que, neste momento, o ideal seria a "submersão do militar" para reduzir danos. O jornal indicou que auxiliares do presidente não descartaram a possibilidade de que o general se torne o "bode expiatório" da defesa presidencial. (*Correio Braziliense* - Política - 24/04/21; *Correio Braziliense* - Política 27/04/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 24/04/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 27/04/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 28/04/21; *O Estado de S. Paulo* - Opinião - 26/04/21;)

2- Periódico criticou discurso do novo ministro da Defesa

Em editorial, o periódico *Folha de S. Paulo* criticou declarações do general da reserva Walter Braga Netto, novo ministro da Defesa. O jornal afirmou que Braga Netto "entrou em área perigosa" durante a transmissão do comando do Exército no dia 20/04/21, quando disse que "é preciso respeitar o rito democrático e o projeto escolhido pela maioria dos brasileiros para conduzir os destinos do país", além de afirmar que as Forças Armadas estão "sempre atentas à conjuntura nacional" ao se referir às suas missões constitucionais. O editorial ressaltou que o Congresso e o Judiciário, bem como qualquer cidadão, possuem o direito e a legitimidade de criticar, contestar e investigar decisões do Executivo, bem como recorrer à Justiça contra autoridades, e que a "obrigação de aceitar o resultado das urnas" não dissipa tais direitos, ao contrário do que "transparece na confusão do general —cujo tom é autoritário". O periódico encerrou afirmando que as Forças Armadas de um país democrático são uma instituição de Estado, e

exortou que o novo ministro "saiba privilegiar e dar materialidade à sua retórica mais virtuosa". (Folha de S. Paulo - Opinião - 24/04/21)

3- Cúpula militar rebateu afirmação de Bolsonaro sobre emprego do Exército contra medidas de isolamento social

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou que é absurda a política de "lockdown, quarentena, fica em casa, toque de recolher" e que o Exército pode ir à rua para "acabar com essa covardia". Bolsonaro concedeu entrevista para a TV A Crítica durante visita a Manaus, em 23/04/21, e afirmou que se prepara para "um caos generalizado no Brasil pela fome", devido às medidas de combate à pandemia, e que pode decretar o emprego das Forças Armadas para cumprir o direito de ir e vir e reestabelecer a lei e a ordem, previstos nos artigos 5º e 142º da Constituição, respectivamente. Ainda segundo o periódico, o presidente afirmou que o plano de ação foi discutido com todos os seus ministros, incluindo o general Walter Braga Netto, da Defesa. Alguns militares da cúpula afirmaram à *Folha*, em consulta no dia 24/04/21, que Bolsonaro confunde conceitos e tem utilizado sua posição de comandante-em-chefe das Forças Armadas de maneira política. De outro lado, o jornal lembrou que, ao longo do ano de 2020, durante a crise institucional no governo, Bolsonaro participou de manifestações favoráveis ao fechamento dos demais Poderes e utilizou a imagem das Forças Armadas para apoiá-lo. O desgaste entre Bolsonaro e os militares teria diminuído, mas com o agravamento da pandemia, o presidente solicitou que o então ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, lhe garantisse mais apoio político das Forças. Contudo, o então comandante do Exército, general Edson Leal Pujol, rechaçou a ideia. De acordo com a *Folha*, a rejeição ao apoio a Bolsonaro se deu pelo fato do Exército estar sob duras críticas pela gestão do ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello. Neste sentido, a falta de apoio resultou na demissão de Azevedo e na saída dos três comandantes das Forças. Ainda assim, segundo a *Folha*, os três novos comandantes indicaram que seguiriam o posicionamento dos seus antecessores, tranquilizando os militares. (Folha de S. Paulo - Poder - 24/04/21; Folha de S. Paulo – Poder – 25/04/21)

4- Pilotos da Força Aérea foram enviados para treinamento na Suécia

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, pilotos da Força Aérea Brasileira (FAB) foram enviados à Suécia para treinamento com os novos caças Gripen E, encomendados pelo governo brasileiro. Os caças serão utilizados no controle do espaço aéreo e em missões de combate ao contrabando de armas e tráfico de drogas realizado por aeronaves. De acordo com o tenente-brigadeiro do ar Luiz Fernando de Aguiar, o novo modelo conta com funcionalidades "que extrapolam as capacidades de qualquer outra aeronave já operada pela FAB". Além de pilotarem os novos caças pela primeira vez, os militares realizarão como parte do treinamento a simulação da pressão da cabine e teste de sobrevivência no mar à noite. (O Estado de S. Paulo - Especial - 24/04/21)

5- Lei de Segurança Nacional: passado e futuro

O jornal *Correio Braziliense* publicou um infográfico explicativo sobre a Lei de Segurança Nacional (LSN) e sua possível reformulação. A LSN foi elaborada em 1935 durante o governo do presidente Getúlio Vargas, sob o pretexto da luta contra uma suposta "ameaça comunista", e foi editada em 1953 para incluir pela

primeira vez o elemento da “segurança nacional”. Durante o regime militar (1964-1985), foram várias as reformas da Lei, como em 1967 com o recrudescimento do autoritarismo que consolidou a LSN como “antessala do AI-5” [Ato Institucional nº 5] de 1969. No contexto de abertura política em 1983, a Lei de Segurança Nacional adquiriu o formato atual. Sobre ele, o infográfico também esclareceu que a LSN prevê crimes como calúnia ou difamação de alguns funcionários de Estado e governo, incitação à subversão ou violência, divulgação de segredos obtidos por cargo - os quais incluem os que são relativos a “operações militares ou policiais contra rebeldes, insurretos ou revolucionários” -, e associação a entidades que busquem a derrubada do Estado por meio da violência ou “ameaça grave”. O periódico traçou uma comparação entre o atualmente previsto na LSN e sua possível atualização: Dentre as similaridades, ambas apresentam provisões sobre crimes de atentado à soberania - em geral direcionados a situações de belicosidade - e a unidade nacional, assim como condenam cooperação com inimigos estrangeiros. Por outro lado, houve a inclusão do crime de traição, a tipificação de ameaças ao Ministério Público no crime de insurreição e a condenação de tentativa ou conspiração em favor de golpes de Estado. Além destas, a nova lei propõe maior especificação sobre atentados contra membros do Estado, reafirmar a proteção às eleições e a livre manifestação pacífica e condenar o uso de violência. Em especial, o novo texto também incluirá o crime de “incitação ao crime ou à animosidade entre as Forças Armadas” ou entre elas e os três Poderes, instituições civis, o Ministério Público e a sociedade. (Correio Braziliense - Política - 26/04/21)

6- Congresso Nacional planeja substituir Lei de Segurança Nacional

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, lideranças no Congresso Nacional estão se articulando para votar uma substituição da Lei de Segurança Nacional (LSN) no dia 04/05/21 na Câmara dos Deputados, legislação herdada da Ditadura Militar (1964-1985) que abria precedentes jurídicos para perseguições políticas e sociais. A partir de uma retomada das arbitrariedades durante o governo Bolsonaro usando a LSN, o *Correio* firmou que foi-se acendendo um “alerta” no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Congresso Nacional de que o Estado brasileiro deveria “apagar as luzes da ditadura militar”, substituindo a lei. Sobre o assunto, o deputado federal Kim Kataguirí afirmou que a LSN foi caracterizada como “um legado da ditadura que precisa ser superado” e essa substituição ganhou nova urgência devido à “pretensão autoritária” do presidente da República. Ainda há disputas no Congresso pelo formato do texto substitutivo, visto que, segundo o também deputado federal Luiz Paulo Teixeira Ferreira, os parlamentares de extrema-direita querem usar o novo texto para “se safar dos ataques constantes que eles fazem à democracia e às apologias à ditadura”. Um dos perigos estaria em propostas que, segundo alguns parlamentares, criminalizariam os movimentos sociais e os protestos de rua. Especialistas ouvidos pelo periódico afirmaram que a LSN é “entulho da Ditadura Militar” e incompatível com um Estado democrático, mas alguns alegam serem necessários mecanismos de proteção ao Estado. Na Câmara dos Deputados existem atualmente dois projetos substitutivos: um de autoria da deputada federal Margarete de Castro Coelho, enviado em 1991; e outro de 2020, vindo de diversos deputados do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo o primeiro deles considerado mais duro por facilitar a perseguição a manifestações. Sobre o assunto, a autora do projeto afirmou que não há perigos aos movimentos

sociais e que revogar a LSN tem “valor simbólico” por “enterrar o maior dos entulhos do período autoritário, que foi usado para perseguir cidadãos e que permaneceu adormecido na nova ordem constitucional”. (Correio Braziliense - Política - 26/04/21)

7- Roberto Brant comentou possível candidatura de Bolsonaro em 2022 como volta ao passado

Em coluna publicada no periódico *Correio Braziliense*, o ex-ministro da Previdência e Assistência Social Roberto Lúcio Rocha Brant teceu comentários sobre os prospectos para as eleições presidenciais de 2022. Especificamente sobre uma possível candidatura de Jair Bolsonaro, esta representaria uma volta ao passado militarista e autoritário, nos moldes do regime militar (1964-1985) que “legou à sociedade civil recessão, inflação e insolvência do Estado”. (Correio Braziliense - Política - 26/04/21)

8- Colunista comentou trajetória de Celso Furtado após o golpe de 1964

Em coluna publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o jornalista e escritor Ruy Castro comentou sobre a vida do economista e intelectual paraibano Celso Furtado após o golpe militar de 1964, quando este se viu obrigado a deixar o Brasil aos 43 anos de idade, tendo seus direitos políticos e civis cassados. Os motivos para isso estariam na passagem do paraibano pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e a criação e presidência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene): “no país dos generais, o ex-pracinha Celso Furtado não podia ser deixado à solta”, visto que o economista havia servido na Segunda Guerra Mundial. Furtado partiu ao Chile, passou pelos Estados Unidos – onde trabalhou na Universidade de Yale – e finalmente Paris, lecionando na Universidade Sorbonne. Ruy Castro concluiu o texto comentando sobre o recém-lançado livro “Celso Furtado - Correspondência intelectual 1949-2004”, organizado por Rosa Freire d’Aguilar, no qual afirmou-se que o exílio forçado de Furtado simbolizou como os militares “condenaram” parte da intelectualidade nacional a levar seu conhecimento para o exterior, dizendo que “o que o Brasil dispensou, o mundo, agradecido, acolheu” e que, por isso, “nosso destino é a estupidez”. (Folha de S. Paulo - Opinião - 26/04/21)

9- Periódico comentou programa de submarinos da Marinha brasileira

Matéria publicada pela *Folha de S. Paulo* após recente naufrágio de um submarino indonésio comentou sobre a situação dos submarinos brasileiros e suas vulnerabilidades. Segundo o jornal, a Marinha brasileira atualmente opera cinco embarcações da linha de embarcações para exportação IKL-209, a mesma linha do submarino indonésio que naufragou, das quais quatro são da classe Tupi e uma da Tikuna. Desde 2009, a Marinha está construindo mais quatro submarinos franceses da classe Scorpène, os quais, na versão brasileira, serão maiores e modificados, pertencendo à classe Riachuelo. Atualmente, dois deles já estão no mar, um em fase avançada de testes e outro recém-lançado. (Folha de S. Paulo - Mundo - 26/04/21)

10- Advogado relembrou trajetória de Mário Sérgio Duarte Garcia, ex-presidente da OAB e opositor do regime militar

Em coluna publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, o advogado Antonio Claudio Mariz de Oliveira relembrou a história de Mário Sérgio Duarte Garcia,

também advogado, ex-secretário da Justiça do estado de São Paulo e ex-presidente da Organização dos Advogados do Brasil (OAB). Segundo Oliveira, Garcia foi um homem que sempre lutou pelo bem-comum e em prol do interesse nacional, tendo sido uma voz dentro da advocacia de oposição à Ditadura Militar (1964-1985). Dentre os feitos listados, o ex-presidente da OAB, enquanto em ofício, mobilizou seus pares advogados em defesa do “retorno ao Brasil dos que dele haviam sido obrigados a sair” pela Lei da Anistia (1979). Além disso, Oliveira relatou que, enquanto a tortura e as prisões se generalizavam nos períodos mais autoritários, os advogados mantiveram a tradição de “lutas contra o autoritarismo”, o que gerou retaliações por parte dos militares. Nesse contexto, Garcia, assim como outros, buscaram ir às delegacias, quartéis e ao Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS) à procura de advogados sequestrados. Por fim, Oliveira concluiu a coluna reafirmando o valor das ações de Garcia e sua moralidade e ética como ser humano; além de ter reafirmado o papel que a advocacia tem perante ameaças à democracia, completando que “enquanto houver advocacia haverá resistência”. (O Estado de S. Paulo - Opinião - 26/04/21)

11- General Mourão descartou candidatura à vice-presidência em 2022

Conforme informou o *Correio Braziliense*, o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, descartou a possibilidade de concorrer à reeleição como vice de Jair Bolsonaro em 2022. Mourão declarou que pretende descansar, mas cogita concorrer ao Senado Federal pelo estado do Rio Grande do Sul e negou a possibilidade de se candidatar à presidência da República. O periódico destacou que a postura do general com relação ao presidente tem sido de afastamento, com agendas pouco coincidentes, rememorando que Mourão não acompanhou Bolsonaro nas negociações da Cúpula dos Líderes sobre o Clima, embora comande o Conselho Nacional da Amazônia Legal. (Correio Braziliense - Política - 27/04/21)

12- Novo comandante do Exército congelará publicações em seu perfil pessoal no Twitter

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o novo comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, pretende se afastar de sua conta pessoal no *Twitter*, seguindo o modelo de seu antecessor, general Edson Leal Pujol, e suspender publicações na rede enquanto estiver à frente do Comando do Exército. *O Estado* destacou que, embora a manifestação político-partidária de militares da ativa seja vedada por regulamentos disciplinares e pelo Estatuto dos Militares, nos últimos anos a presença de militares em redes sociais tem trazido à tona a volta das Forças Armadas à política. Ademais, o jornal destacou que desde a manifestação no *Twitter* do general Eduardo Villas-Bôas em 2018 sobre o julgamento do *habeas corpus* do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva foi significativo o aumento de oficiais nas redes sociais: 31 generais e coronéis da ativa próximos à Villas-Bôas aderiram às redes e, muitos deles, realizaram campanha a favor de Bolsonaro nas eleições de 2018. O jornal resgatou apuração que havia realizado em 2019, na qual evidenciou-se que o novo comandante do Exército era um dos poucos militares que mantinham distância de assuntos político-partidários no ambiente virtual, seguindo normas de uso das redes sociais elaboradas por Pujol. De acordo com *O Estado*, a decisão do general não se trata apenas de cautela e que, oficialmente, o Exército alegou se tratar de política de comunicação que visa privilegiar canais oficiais da

Força nas redes sociais. Em oposição, o periódico apontou para o crescente número de publicações em redes sociais em defesa do bolsonarismo pelo novo comandante da Força Aérea, o brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Júnior, que quase dobraram entre 2019 e 2020. O recém-nomeado comandante na Marinha, almirante Almir Garnier, por sua vez, não dispõe de perfil em redes sociais. (O Estado de S. Paulo - Política - 27/04/21)

13- Ministério da Defesa monitora conflitos em Apure, fronteira entre Brasil e Venezuela

O jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou que o ministério da Defesa está monitorando conflitos entre o Exército venezuelano e dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) no estado de Apure, fronteira entre Brasil e Venezuela. Segundo o periódico, o estado de Apure tem sido cenário de conflitos que resultaram em mortes, já confirmadas pelo Exército venezuelano, além de denúncias de torturas, prisões ilegais, execução de camponeses e desaparecimentos. Em nota, o Ministério da Defesa declarou que acompanha os desdobramentos dos conflitos, se valendo “de pesquisa e análise das fontes disponíveis” e que a ação ocorre como em outros assuntos internacionais que “envolvem o entorno estratégico brasileiro”. Todavia, não mencionou contatos entre autoridades brasileiras com autoridades colombianas e venezuelanas, nem quais seriam as ações do Exército. (O Estado de S. Paulo - Internacional - 27/04/21)

14- Cadetes da Academia da Força Aérea foram isolados após surto de Covid

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, 247 cadetes da Academia da Força Aérea (AFA) em Pirassununga foram isolados após contato com outros cadetes que estão sob suspeita de terem contraído a Covid-19. Atualmente, 23 cadetes apresentam sintomas leves da doença e quatro foram internados na enfermaria do Hospital da Força Aérea de São Paulo. A Aeronáutica ressaltou que não é possível identificar como ocorreu a contaminação, entretanto, a AFA informou que “a equipe médica está fazendo busca ativa com aferição de temperatura e nível de saturação de oxigênio no sangue, com o objetivo de detectar pacientes com sintomas iniciais para fazer isolamento precoce, além de testes PCR nos casos suspeitos”. De acordo com a *Folha*, o surto de Covid-19 na AFA ocorreu no mesmo período em que houve aumento no número de óbitos pelo novo coronavírus em Pirassununga, que até o início de março estava na marca de 67 óbitos e no dia 28/04/21 chegou a 180. (Folha de S. Paulo - Saúde - 29/04/21)

15- Daniel Silveira virou réu após ataques ao Supremo Tribunal Federal

Conforme noticiado pelo periódico *O Estado de S. Paulo*, o Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, transformou em réu o deputado federal Daniel Silveira no dia 28/04/21, denunciado após divulgar um vídeo defendendo o Ato Institucional nº 5 (AI-5) e por promover discurso de ódio contra os membros do STF. Além disso, Silveira foi enquadrado pela Procuradoria-Geral da República na Lei de Segurança Nacional, uma vez que incitou a animosidade entre a Corte e as Forças Armadas. (O Estado de S. Paulo - Política - 29/04/21)

16- Em nota, presidente do Clube Militar conclamou poder executivo a “restabelecer a lei e a ordem”

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o presidente do Clube Militar, general da reserva Eduardo José Barbosa, divulgou uma nota defendendo o governo do presidente Jair Bolsonaro e atacando os outros poderes e a oposição. Segundo o general, o executivo é o único poder a cumprir a Constituição, e defendeu que ele utilizasse o artigo 142 para “restabelecer a lei e a ordem” voltando a utilizar as “algemas” nos “verdadeiros criminosos que estão a serviço do ‘poder das trevas’.” Para Barbosa, as “trevas” estão representadas no ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem chamou de “bandido de estimação” dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que teriam encontrado “subterfúgios para anular” os processos contra o ex-presidente. Além disso, o general criticou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, instaurada no Senado, afirmando que o resultado dela será “culpar o presidente por aquilo que não o deixaram fazer”. Por fim, o presidente do Clube Militar declarou que “bastou a eleição de um presidente que acredita em Deus para que todo o inferno se levantasse contra ele”. Segundo o *Estadão*, o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, havia se encontrado com militares da reserva antes da divulgação da nota, porém, ao questionar a pasta, o periódico não obteve resposta sobre quem eram esses militares. (*O Estado de S. Paulo* - Política - 30/05/21)

17- Atentado ao Riocentro completou 40 anos sem identificação dos culpados
Em reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, o atentado ao centro de convenções Riocentro, durante o regime militar (1964-1985), foi lembrado após 40 anos sem identificação dos culpados. O artigo destacou uma fala do então presidente da República, João Baptista Figueiredo, se referindo ao processo de abertura política: “Prendo quem for contra a abertura” e “é para abrir mesmo. E quem quiser que não abra, eu prendo, arrebento”. A declaração, feita em 1978, antecedeu um período de escalada dos atentados cometidos por militares que se opunham à abertura do regime militar, o que desembocou, em 30/04/81, no atentado do Riocentro, onde seria realizado um show. O atentado, porém, acabou vitimando dois militares, um sargento e um capitão, por conta da explosão antecipada de uma bomba no carro onde estavam. Contrariando sua própria declaração, Figueiredo não reagiu de maneira incisiva contra os atentados, revelando complacência em relação aos mesmos. O inquérito aberto pela justiça militar foi arquivado depois de um ano e, em 2014, seis pessoas foram denunciadas, porém o processo foi paralisado pela justiça. Para a *Folha*, além de atender o “imperativo da justiça”, o julgamento dos responsáveis também ajudaria a evitar que acontecimentos do tipo se repetissem, principalmente em um momento no qual a ameaça autoritária torna-se uma realidade novamente. (*Folha de S. Paulo* - Poder - 30/05/21)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em

receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Davi Campos Matos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Gabriela Araujo da Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gislaine Amaral Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Henrique Muniz Fernandes (Redator, graduando em Relações Internacionais); Jonas de Paula Vieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Lisa Barbosa (mestranda em Relações Internacionais); Leonardo Pontes Vinhó (Redator, graduando em Relações Internacionais); Lucas Rizzati Iquegami (Redator, graduando em Relações Internacionais).